



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

EMENTAS - NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ III – 7º período - 1º/2024

MATUTINO

TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E REDAÇÃO DE CONTRATOS

O contrato, indiscutivelmente, é instrumento essencial para a circulação de riquezas, com vital importância para a sociedade e para a economia. O profissional que pretende lidar com contratos precisa ter habilidade de negociação e competência para militar nessa área, que é repleta de detalhes e minúcias. A elaboração de contratos é raramente explorada na maioria dos cursos. O(a) aluno(a), quando habilitado(a) a advogar, não raro, acaba sendo obrigado a recorrer a “modelos de contrato”, sem qualquer noção a respeito de como foram os mesmos estruturados e elaborados. Neste contexto, com uma abordagem de aspectos práticos e objetivos, com a finalidade exclusiva de preparar o(a) estudante de Direito para o mercado de trabalho, que o curso se propõe a trabalhar a técnica contratual.

TÉCNICAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EMPRESARIAIS: CONCILIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Fundamentação jurídica e econômica das técnicas de solução pacífica das controvérsias. Conceito, Origem e Características da Arbitragem (Lei 9.307/96). Convenção de Arbitragem, Cláusulas Compromissórias. Árbitros. Arbitragem Expedida e de urgência. Mediação (Lei 13.140/15) Conciliação e Terapia. Conceitos e aplicabilidades. Disput Board Resolution. Conceitos e panorama geral. Principais benefícios e objetivos. Demais Práticas Colaborativas e correlações com outras áreas do Direito. Debates e atualidade.

PRÁTICA PENAL E PROCESSUAL PENAL

Destina-se ao aperfeiçoamento e desenvolvimento acadêmico prático profissional e redação forense das peças processuais utilizadas no processo penal em geral, desde o início da persecução penal, com ênfase na fase pré-processual (Inquérito Policial e Prisões Cautelares) até a fase recursal (Teoria e Prática Geral dos Recursos), passando também pelos procedimentos em geral (Rito Sumário, Ordinário, Júri e Lei nº 9.099/95).

DO INQUÉRITO POLICIAL À SENTENÇA: UMA VISÃO PRÁTICA

A disciplina tem por objeto apresentar ao aluno e à aluna como se desenvolve o inquérito policial e a ação penal, até a sentença, com conteúdo prático e dinâmico.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Durante o curso, haverá elaboração de peças de inquérito, peças processuais e audiências simuladas.

AS AÇÕES DE FAMÍLIA NO NOVO CPC

As ações de família analisadas em seus aspectos mais intrincados e com base no novo cpc. A instrumentalidade do processo como eixo metodológico do direito processual civil. O modelo constitucional do direito processual civil. A construção de um sistema processual civil que garanta a efetividade da tutela dos direitos individuais. O curso visa capacitar o aluno como operador do direito, tomando conhecimento dos instrumentos processuais postos à disposição no direito de família, mediante a elaboração de peças processuais, relativas ao direito de família, como, por exemplo, ação de alimentos, oferta de alimentos; revisional de alimentos, execução de alimentos, ação de divórcio, ação de guarda; ação de regulamentação de visitas reconhecimento e desconstituição de união estável, tutelas provisórias. audiências simuladas.

TEORIA E PRÁTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI

O curso almeja estudar o rito procedimental inerente aos crimes dolosos contra a vida, contemplando aspectos práticos de todo o iter, desde a fase investigatória até a fase recursal, inclusive prevendo a realização de júri simulado.

PRÁTICAS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Hermenêutica e Interpretação. A interpretação e a elaboração de peças processuais. Interpretação e técnicas de redação de conceitos e peças. Interpretação gramatical; sistematicidade e unidade da Constituição; concordância prática; análise de razoabilidade dos atos do poder público; proporcionalidade e conflitos de direitos fundamentais. Elaboração de peças e pareceres.

PRÁTICA EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: OFICINA DE REDAÇÃO DE CONTRATOS INTERNACIONAIS E CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIA

Levar aos alunos o conhecimento dos contratos internacionais ligados a área do Comércio Internacional, proporcionando aos mesmos, maior interação com um assunto prático e atual, o qual pode exercer diferença no mercado de trabalho futuro.

PRÁTICAS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Hermenêutica e Interpretação. A interpretação e a elaboração de peças processuais. Interpretação e técnicas de redação de conceitos e peças. Interpretação gramatical; sistematicidade e unidade da Constituição; concordância



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

prática; análise de razoabilidade dos atos do poder público; proporcionalidade e conflitos de direitos fundamentais. Elaboração de peças e pareceres.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – ASPECTOS TÉCNICOS E PEÇAS PROCESSUAIS

Controle difuso. Recurso Extraordinário. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação direta de Inconstitucionalidade por omissão. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA – ESTUDOS DE CASOS SUBMETIDOS AO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos e Democracia fundamentais: fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos; as declarações de direitos; introdução ao direito internacional público e ao direito dos tratados internacionais de direitos humanos; a constituição brasileira, o STF e os tratados internacionais de direitos humanos; a OEA e o sistema interamericano dos direitos humanos; a defesa da democracia; análise de julgados e casos submetidos ao sistema interamericano de direitos humanos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

NOTURNO

TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E REDAÇÃO DE CONTRATOS

O contrato, indiscutivelmente, é instrumento essencial para a circulação de riquezas, com vital importância para a sociedade e para a economia. O profissional que pretende lidar com contratos precisa ter habilidade de negociação e competência para militar nessa área, que é repleta de detalhes e minúcias. A elaboração de contratos é raramente explorada na maioria dos cursos. O(a) aluno(a), quando habilitado(a) a advogar, não raro, acaba sendo obrigado a recorrer a “modelos de contrato”, sem qualquer noção a respeito de como foram os mesmos estruturados e elaborados. Neste contexto, com uma abordagem de aspectos práticos e objetivos, com a finalidade exclusiva de preparar o(a) estudante de Direito para o mercado de trabalho, que o curso se propõe a trabalhar a técnica contratual.

TEORIA E PRÁTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI

O curso almeja estudar o rito procedimental inerente aos crimes dolosos contra a vida, contemplando aspectos práticos de todo o iter, desde a fase investigatória até a fase recursal, inclusive prevendo a realização de júri simulado.

PRÁTICA EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: OFICINA DE REDAÇÃO DE CONTRATOS INTERNACIONAIS E CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIA

Levar aos alunos o conhecimento dos contratos internacionais ligados a área do Comércio Internacional, proporcionando aos mesmos, maior interação com um assunto prático e atual, o qual pode exercer diferença no mercado de trabalho futuro.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – ASPECTOS TÉCNICOS E PEÇAS PROCESSUAIS

Controle difuso. Recurso Extraordinário. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação direta de Inconstitucionalidade por omissão. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA – ESTUDOS DE CASOS SUBMETIDOS AO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos e Democracia fundamentais: fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos; as declarações de direitos; introdução ao direito



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

internacional público e ao direito dos tratados internacionais de direitos humanos; a constituição brasileira, o STF e os tratados internacionais de direitos humanos; a OEA e o sistema interamericano dos direitos humanos; a defesa da democracia; análise de julgados e casos submetidos ao sistema interamericano de direitos humanos.
